



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

**PRESIDENTE: GILBERTO NASCIMENTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29/11/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento)** - Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública da Comissão de Constituição Justiça e Legislação Participativa, realizado no ano de 2021.

Esta audiência pública foi convocada em atendimento ao Requerimento da CCJ 37 2021, de autoria deste Vereador Gilberto Nascimento, aprovado em 24/11/21, tendo como pauta discutir o PL 659/2021 de autoria do Executivo, do Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a criação de cargos de professor de educação infantil do quadro do magistério municipal, do quadro dos profissionais de educação.

Informo que esta audiência pública sendo transmitida no *site* no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo e que a realização desta audiência foi divulgada no jornal *Agora* e na *Folha de S. Paulo* e vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 26 de novembro.

As inscrições para participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal desde o dia 25 de novembro, devendo os inscritos participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever pela secretaria da Comissão e cada escrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência pública o Sr. Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação, que nesse momento está sendo representado pela Sra. Malde Maria Vilas Bôas, Secretária Executiva de SME; também o Sr. Fabricio Cobra, Secretário Executivo de Gestão.

Para deixar claro aos senhores e senhoras que estão acompanhando esta audiência pública, eu mesmo fiz esse requerimento em cima de uma conversa com o Vereador Fabio Riva, então Líder do Governo, que veio a público dizer que inclusive precisava fazer alguns ajustes no texto, claro, é um projeto tão grande e tão esperado pela sociedade da cidade de São Paulo, ou seja, a vinda de mais de mil profissionais.

Então, seria muito importante que a gente fizesse uma audiência pública até para a população que está interessada, para fazer os questionamentos, os levantamentos e o

acompanhamento desta proposta que virá em forma de substitutivo. Por isso então do meu questionamento e o pedido de audiência pública.

Sei que todos os Vereadores que participam da nossa CCJ: Sandra, Alessandro, João Jorge, Rubinho, Sansão, Thammy e Toninho Vespoli, nós votamos e aprovamos, porque sabemos a importância da Câmara trazer essa discussão antes que o projeto venha do Executivo para a gente fazer essa construção de entendimento.

As perguntas que vierem, depois eu vou abrir o tempo tanto para a Sra. Malde, quanto para o Sr. Fabrício responderem, lembrando que eles terão até três minutos para se manifestar. Eu vou franquear a palavra aos Vereadores que quiserem falar nesse momento de abertura. Algum Vereador? Ok. Vou passar a palavra, para suas considerações iniciais, para a Sra. Malde Maria Vilas Bôas, Secretária Executiva de SME.

**A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS** – Bom dia, Sr. Presidente, Secretário Fabrício, Vereadores. Nós da Secretaria de Educação temos uma expectativa muito grande com relação a esse PL. Nós temos um concurso vigente que se encerra em 31 de dezembro. Nós conseguimos, através da Câmara, prorrogar a vigência desse concurso, que se encerrará agora em 31 de dezembro. Então, como o Sr. Presidente já falou da grande necessidade que nós temos de educação infantil. Quer dizer, a falta do professor significa crianças sem aula, sem sala, sendo ajustadas de outras formas. Por isso, a nossa expectativa na aprovação desse PL para que a gente possa minimizar essa dificuldade de falta de professor na educação infantil que nós estamos vendo nos nossos dias.

A Secretaria está à disposição. Eu estou à disposição para responder as perguntas. E agradeço muito a audiência pública. Bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento)** – Muito obrigado, Sra. Malde.

Passo a palavra ao Sr. Fabrício Cobra, Secretário-Executivo de Gestão.

**O SR. FABRICIO COBRA ARBEX** – Bom dia, Vereador Gilberto Nascimento Jr., Vereador Sansão, demais Vereadores da Comissão de Constituição e Justiça. Bom dia, Secretária Malde.

Muito obrigado pela oportunidade, Vereador Gilberto. Eu acho que é importante esse ato conjunto – o Legislativo fazendo o seu papel, com audiências públicas, para que possamos explicar os projetos do Executivo, com a participação da sociedade, dos demais Vereadores. Acho que esse trabalho conjunto Legislativo-Executivo é sempre importante para que tenhamos um aprimoramento e melhora nas leis que vão reger a Prefeitura de São Paulo e trazer benefícios para os nossos cidadãos.

Como disse a Malde, recapitulando, todas essas leis – tanto a 659 como a 650,0651 e 652 – são um pacote de projetos que o Executivo enviou, todos com assuntos correlatos com relação a cargos, seja de efetivos ou de comissionados. Foram discutidas e feitas alterações e aprimoramentos. É o pacote de modernização e valorização do servidor. É superimportante. Restou ainda o 659, que é o último desses quatro projetos que estão em discussão e aguardando a deliberação do plenário.

O projeto original que tratava com relação à questão dos cargos da educação – a Secretária Malde falou com relação às nomeações –, o Executivo tem tratado isso com muita responsabilidade, os processos de nomeações já estão em andamento, já estão na gestão e serão feitos dentro do tempo, no prazo que vai até 31 de dezembro. Quero deixar isso claro. E tenho passado isso ao Fabio Riva, o nosso Líder do Governo. E o Executivo está tramitando os processos, independentemente da data de deliberação que vai ocorrer aqui na Câmara. Os processos serão finalizados até o dia 31 de dezembro, com certeza, até antes desse período, não deixando expirar esse prazo de validade que foi realizado aqui em lei pelo Legislativo.

Na verdade, Vereador, o Governo olhou as leis que já foram aprovadas – os três projetos. Algumas correções que envolvem os quatro projetos ficaram de fora desses quatro projetos. E nós estamos trazendo, nesse substitutivo, completando e fechando 100% do atendimento àquilo que o pacote de valorização e modernização do Prefeito Ricardo Nunes com relação ao servidor trazia como novidade e benefício aos servidores.

Então, nesse substitutivo, além da questão dos cargos de professor de educação infantil que estamos alterando para que possa ser feita essa nomeação desse concurso em

aberto, nós também fizemos algumas inclusões, algumas correções a questões... Na verdade, não são bem correções. Ao aprovar, deliberar... E esse é o lado importante do processo legislativo: na hora que há a discussão de um projeto de lei, acaba aparecendo alguma coisa que ficou de fora.

Por exemplo, com relação aos cargos de comissão da Administração Indireta, os estatutários, nós temos quatro institutos e fundações – Iprem, o Hospital do Servidor Municipal, a Fundação Theatro e a Fundação Paulistana –, que são parte da Administração Indireta, mas são cargos estatutários, regidos por lei e pela Secretaria de Gestão, pelo Governo: essas funções ficaram de fora daquele projeto 651 funções. Então, estamos completando, até por questão de justiça, de equidade, porque os cargos eram exatamente os mesmos, eram correlatos aos cargos da Administração Direta. Nós estamos trazendo a complementação para que esses quatro institutos não fiquem de fora da nova institucionalidade dos cargos de comissão que foram criados no Projeto de Lei 651.

Nós estamos trazendo esses quatro institutos. São, no caso, o Instituto de Previdência, o Hospital do Servidor, a Fundação Theatro e a Fundação Paulistana, para também ficarem equiparados àquilo que foi alterado nos cargos da Administração Direta.

Há outra questão. É muito comum, em leis, fixarmos valores de gratificação de determinada categoria e, nessas leis, a fixação ainda está por DAS, que é o cargo de comissão que nós estamos extinguindo. Por isso, nós também fazemos um ajuste também com relação a essa fixação para que nós possamos ter, nesse novo arcabouço legislativo, essa correlação com relação aos cargos de confiança e essas gratificações. São ajustes no texto que foram aparecendo através da discussão aqui na Câmara dos Vereadores, e nós fomos anotando, porque, quando se faz um projeto desse tamanho, que envolve toda a Prefeitura, é natural que alguma parte acabe reclamando, questionando que não está sendo considerada.

Por isso, esse também é o objetivo do substitutivo, dentro desse pacote dos quatro projetos de lei, para que nós possamos fazer essa inclusão por medida de equidade e de justiça. Essa fixação de valores, portanto, é só uma alteração legislativa, porque estava tudo fixado DAS,

e nós temos agora que converter em CDA.

Há também a questão das funções de confiança exclusivas de servidores nas carreiras de Guarda Civil Metropolitano, auditor e procurador. Essas funções são equiparadas aos cargos de confiança, aos cargos de comissão e não estão inclusas no projeto original 651. Então, a mesma sistemática de extinção e criação dos cargos serve para as funções de confiança, que são funções, cargos exclusivos dessas três categorias: GCM, procurador e auditor.

Dentro da estrutura da GCM, dos auditores e dos procuradores, a função de confiança funciona igualmente a um cargo de comissão numa subprefeitura, por exemplo, em que se coloca um servidor para exercer cargo de chefia, um cargo de coordenador. É a mesma correlação na Procuradoria: um procurador, para exercer um cargo de coordenador de liderança, tem essa função de confiança. Por isso, por medida de justiça, também equiparamos, e não há nenhuma diferença com relação aos cargos de comissão que foram criados no 651.

Por fim, também um ajuste nos cargos da Regula SP, uma agência recém-criada por esta Câmara Municipal, aprovada em 2020, e que está no seu trâmite de início de funcionamento, já está assumindo as funções da Amlurb, que foi extinta por esta Casa, e, em breve, deve assumir uma série de responsabilidades com relação aos serviços que são exercidos na Prefeitura por concessionárias.

O que foi feito após esses meses, neste ano, praticamente o primeiro, foi a análise de uma reestruturação desses cargos, seja de servidor ou de comissão, mas a custo zero. Por exemplo: existiam 400 técnicos em fiscalização dos serviços públicos na estrutura. Com a experiência e no decorrer do ano, a proposta é de alterar. Serão 75 técnicos e 150 fiscais de serviços públicos, alguns coordenadores, jurídico, coordenador por área, mas com o mesmo gasto orçamentário. Isso no caso das funções de servidores, que são concursos que serão feitos, porque a ideia é que a SP Regula tenha um papel importante de gestão e coordenação dos serviços públicos que estão hoje nas mãos de concessionárias. É um rearranjo desses cargos, tendo em vista a experiência no decorrer do ano do que essa estrutura vai precisar para

funcionar. Há outros serviços que, em breve, passarão para a Regula, e por isso foi feito o rearranjo – eu tenho aqui a exposição de motivos – e, nesse especificamente, o custo é zero. Ante no orçamento que já estava previsto tanto para servidor de carreira como para cargos de comissão, houve umas transformações adaptadas a uma melhor gestão da agência que foi recém aprovada por esta Câmara.

Passando as limitações da LC 173, o Executivo provavelmente vai fazer o concurso para ocupar os cargos que são de carreira para essa importante agência que foi criada por meio de um projeto importante que a Câmara votou de reforma da Administração Indireta.

Além desses ajustes, há também alguns ajustes dos cargos de direção do Ipem, do Hospital do Servidor. Da mesma forma, os cargos de comissão, os cargos também de gerenciamento de gabinete, equiparando os cargos de gabinete da Administração Direta. Basicamente são essas são essas as alterações, juntamente com a criação dos cargos de professor de educação infantil, que está no substitutivo ao PL 659/2021. São importantes mudanças dentro desse pacote de valorização e modernização do servidor que o Prefeito Ricardo Nunes encaminhou para a Câmara Municipal.

Há medidas de extinção de cargos de servidores, mais de 35 mil. Só de cargos de comissão, mais de três mil; cargos de servidores, cargos vagos. Juntamente a isso, a revalorização no nível médio, no nível básico, a criação de várias gratificações como a GLT, de local de trabalho, a GDA, de locais de difícil acesso, visando a políticas pública, a fixar funcionários nas áreas mais vulneráveis da Cidade, nas áreas de periferia.

Finalizando com alguns pontos que tinham ficado de fora e agora, com isso, nós completamos esse grande pacote que o Prefeito mandou. De um lado, sempre pensando na austeridade, na redução de despesas, na contenção do tamanho da máquina, mas, ao mesmo tempo, também valorizando e modernizando as carreiras e trazendo vários benefícios ao servidor público.

Estou à disposição, Vereador, para quaisquer perguntas e questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento)** – Obrigado, Secretário.

Lembro aqueles que estão nos acompanhando que podem fazer a inscrição para se manifestarem por até três minutos.

V.Exa. falou sobre os reajustes usando o termo “custo zero”. Eu quero entender esse impacto financeiro, se ele vai ou não acontecer. Esse é o grande questionamento neste momento, sabendo que essas funções de confiança, tanto de GCM, de procurador, de auditor, estão sendo tratadas sob o ponto de vista de reajuste, de reorganização, uma modernização no sistema desses cargos, sejam de confiança ou não.

Eu quero entender o efetivo impacto, porque o papel da Câmara e do Vereador é fiscalizar o Executivo, e fiscalizar significa acompanhar os centavos, para onde vão numa reorganização, se ela está tendo um custo maior ou menor, e o número de cargos. Eu quero entender um pouco melhor essa questão do custo zero, do impacto financeiro especificamente.

**O SR. FABRICIO COBRA ARBEX** – Claro, Vereador.

O impacto zero a que eu me referi é com relação à reorganização dos cargos da SP Regula; especificamente os cargos de carreira e os cargos de comissão que foram reorganizados para melhor funcionamento dessa tão importante agência. Mas a gente tem um impacto, sim, nas outras questões que eu trouxe no início. Na reorganização dos cargos em comissão da administração indireta, assim como teve impacto na administração direta, tem para indireta nas funções de confiança da Guarda Civil, do Procurador e do Auditor, assim como em cargos de chefia dessas entidades que citamos. Ao total dessas outras mudanças o impacto é por volta de 10 milhões. A grande mudança nos cargos da Regula, que são dezenas de cargos, eles não têm impacto efetivamente. Ressalto, na reorganização de uma agência recém-criada, mas as demais equiparações e complementações aos projetos já aprovados, eles têm esse impacto de 10 milhões, dez milhões ao ano, levando a reforma da reestruturação dos cargos em comissão para a administração direta, para as funções de confiança e cargos de chefia dessas autarquias e fundações. Nesse ponto, temos um impacto de 10 milhões. No reajuste dos cargos, sejam eles cargos de servidor, funções de confiança de servidor e os de comissão da Regula,



esse são reajustes sem alteração, sem aumento de custo, mas no resto há um impacto de 10 milhões.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento)** - No caso desses cargos de chefia, eles se baseiam ou tem uma referência de outros cargos?

**O SR. FABRICIO COBRA ARBEX** – Isso. No caso da Administração Direta, Ipem, HSPM, Fundação Theatro, da Paulistana, quando foi criado, transformado em carreiras de subsídios, em uma legislação anterior, eles foram equiparados a alguns cargos da administração direta como Chefe de Gabinete e Secretário Adjunto.

Então no caso desses cargos, dessas autarquias e fundações fazemos, também, essa correlação colocando aí na mesma situação que a legislação anterior já previa. Na administração direta, no fundo, estamos de forma bem resumida trazendo para a direta aquilo que foi feito, a reestruturação nos cargos de comissão da administração direta, no 651 e nas funções de confiança que são funções exclusivas de servidores dessas três carreiras.

Na SP Regula há um reajuste dos cargos como todo. Nesse reajuste dos cargos de fiscal, de técnico em fiscalização foi feito um trabalho, temos até uma tabela, que deve vir junto com o substitutivo, em que demonstra que não há impacto financeiro nessa reestruturação. Nos demais sim e na fixação de valores das gratificações dos DASs, que eram DASs e agora passou a ser CDAs, também, não tem custo porque é só uma mudança legislativa.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento)** – Obrigado, Secretário Fabricio pelos esclarecimentos.

Consulta a Secretaria se há inscritos. (Pausa)

Não há mais inscritos. Passo a palavra à Sra. Malde e em seguida ao Vereador Sansão Pereira, se quiserem fazer algum questionamento.

**A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS** - Sr. Presidente, por enquanto não. O Secretário Fabricio deixou bem claro, do ponto de vista da Secretaria de Educação. Acredito que não há nenhuma modificação com relação à criação dos cargos. Continua no mesmo formato na formação de cargo que já temos. Por enquanto não tenho nenhuma colocação.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento)** - Obrigado, Secretária Malde.

Vereador Sansão Pereira.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** - Sr. Presidente, por enquanto não. Continuo acompanhando. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento)** – Obrigado, Vereador Sansão Pereira.

Agradeço os questionamentos. A expectativa de fazer uma audiência pública e chamar o Secretário Padula, no caso, representado pela Secretária Malde também, e o Secretário Fabricio Cobra, Secretário Executivo de Gestão, era exatamente a preocupação que esta Casa tem, que este Vereador e outros tantos Vereadores têm, na questão do impacto financeiro, haja visto que estamos passando, infelizmente, com uma sombra, uma expectativa do retorno de uma nova cepa da covid, que está acontecendo no mundo inteiro, fechando. Então essa é uma preocupação.

Hoje, inclusive, estive conversando com a minha esposa sobre essa preocupação. Se tivermos que fechar mais uma, duas semanas, um mês, dois, três meses, não sabemos onde vamos parar e claro, por isso traz um peso maior nessa responsabilidade de entender os gastos da Prefeitura. Esse é o papel desta Câmara e esse é o papel, como Vereador, de fiscalizar.

Agradeço ao Secretário Fabricio, que trouxe esse entendimento da questão do custo, desse impacto de 10 milhões anuais, principalmente, na questão da SP Regula, que são muito importantes esses pontos de vista, e também a questão dos estatutários: Iprem, Hospital do Servidor, o Theatro e a Paulistana.

Franqueio a palavra ao Sr. Secretário, se tiver mais algum ponto que queira colocar ou se mais alguém quiser se manifestar. (Pausa)

**O SR. FABRICIO COBRA ARBEX** – Obrigado, Vereador. Agradeço. Só estava tirando algumas dúvidas com relação a números, porque é importante dizer, o esforço que tem sido feito nos últimos anos por essa Gestão, também, de redução de valores, de custos.

No PL651, aprovado, foram mais de três mil cargos extintos, cargos de confiança, de comissão. Se eles estivessem ocupados... “Ah, o cargo está vago.” Claro, para você extinguir, você vai desocupando no decorrer dos anos. Nos últimos três anos anteriores ao envio do projeto de lei, a gestão foi recolhendo esses cargos, fazendo um esforço grande para que os cargos ficassem vagos, para que pudéssemos extingui-los. Você não vai extinguir um cargo com a pessoa ocupando. É muito desagradável você mandar um projeto com uma pessoa ocupando o cargo. Às vezes as pessoas falam: Ah, o cargo está vago. É claro, o cargo está vago, mas num esforço da gestão de redução de despesas.

Então nos três anos anteriores; 2017, 18, 19 e 20; esses cargos foram sendo recolhidos. Foram 3.200 cargos, que estavam ocupados em 2017. No decorrer dos anos havia uma meta que todo Secretário tinha que entregar cargo. Se esses cargos estivessem ocupados hoje seriam quase 40 milhões em despesas anuais. Por isso a importância de sempre contextualizar esse projeto de valorização e modernização. Modernização por questões jurídicas, carreira de subsídios, uma série de incrementos, inclusive, criando critérios para ocupação dos cargos de comissão, também, mas essa revalorização vem após uma economia. Então você diminui, esses 3.200 cargos foram extintos e sendo desocupados nos últimos dois, três anos e, ao mesmo tempo, você valoriza aqueles que ficam.

Então há sempre esse equilíbrio que se busca nas medidas do Executivo, ao mesmo tempo nos cargos de nível médio e nível básico. A revalorização dessa carreira em uma tabela de três anos e ao mesmo tempo, também, extinguindo mais de 30 mil cargos, que estão vagos, que não serão ocupados, mas que poderiam ser ocupados da noite para o dia, porque o cargo existe. Existe autorização legislativa para ocupá-los. Então, sempre esse equilíbrio é importante. Ao mesmo tempo que você extingue e deixa de ter algumas opções de cargo, você valoriza mais quem está na administração como um todo e, no caso das gratificações, valorizando ainda mais quem tem as funções em que há certa dificuldade de lotação de funcionário, tanto na Guarda, como na Educação, na Saúde valorizando aqueles que trabalham nas áreas mais vulneráveis.

Esse pacote tem todo um equilíbrio. Vai sempre ter um impacto, mas é importante contar com esse contexto de esforço, de austeridade da gestão, de também, diminuir significativamente as opções. Se não me engano estamos quase, no valor da metade, dos cargos de comissão que já teve no passado. Chegou-se a ter por volta de 15 mil e, ano após ano, estamos reduzindo. É importante, porque quando vai falar de aumento, só fala do aumento, mas não fala do esforço que administração fez para reduzir. É importante lembrar, com essa criação dos cargos de PEI, só na área da Educação, este ano, serão mais de quatro mil nomeações e na administração direta entre APPGG, engenheiros, arquitetos, AGPP há uma série de concursos que estavam em aberto, até para que se possa complementar as aposentadorias que vêm ocorrendo na máquina, só esse ano, já foram chamados mais de 300 e até o final do ano deve ser completada essa lista. Então há sempre esse equilíbrio, chamando o servidor de carreira para compor as estruturas das secretarias, das unidades. É importante que sempre vejamos esses impactos dentro de um contexto geral de equilíbrio entre os projetos.

Agradeço, Vereador Gilberto, pela oportunidade. Estamos à disposição. Agradeço também ao Vereador Sansão, aos demais Vereadores presentes e à Sra. Secretária Malde.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento)** - Sr. Secretário, o senhor usou um termo aqui, a palavra equilíbrio. Equilíbrio víamos muito no posicionamento da pessoa do Prefeito Bruno Covas – saudosa lembrança. Mas também quero fazer uma fala específica do Prefeito Ricardo Nunes, que até então Vereador conosco, que sempre foi uma pessoa muito equilibrada, conhecedor do orçamento. A gente discutia muito em números. Não tenho vergonha nenhuma em dizer que foi um dos que me ensinou a questão do Orçamento, ponto a ponto, os detalhes. Tanto ele como a Vereadora Soninha, assim que eu cheguei a esta Casa, em alguns pontos que pairavam dúvidas.

Tenho certeza de que é isso que São Paulo espera. É isso que São Paulo precisa: de um equilíbrio. Equilíbrio esse, também, que está sendo demonstrado através desta audiência pública, construindo, cada vez melhor, números para a cidade de São Paulo.

Fico muito feliz num projeto como esse que estamos falando aí, principalmente, na questão da Educação. Conforme estava falando antes, sabemos que, infelizmente, pesquisas demonstram, que regredimos muito na questão da Educação com as crianças fora das salas de aula. Vejo isso em casa. Tenho três filhos: um na faculdade, uma delas se dá superbem com aula *on-line* e a outra não. Esse é o exemplo que tenho dentro de casa. Parte deles, com certeza, ficarão atrasados e é fundamental para o futuro da nossa cidade, aí tem de deixar bem claro. Uma vez ouvi uma frase que me marcou muito com o Prefeito Ricardo Nunes que disse: não estou preocupado com a próxima eleição, tenho de estar preocupado com a próxima geração. Essa é uma demonstração através de um projeto como o 659.

Vamos dar mais uma oportunidade ao Vereador Sansão Pereira, se quiser se pronunciar. E logo vamos encerrar a nossa audiência pública, haja vista que não houve inscritos *on-line*.

---

Vereador Sansão.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** - Presidente Gilberto Nascimento, quero parabenizá-lo pela condução desta audiência pública. Cumprimento a Secretária Malde Vilas Bôas, o Secretário Fabricio, que fez uma explicação que realmente não deixou dúvidas. Quero parabenizar pela explicação e cumprimentar todos aqueles que se inscreveram no debate, aqueles que estão participando conosco de maneira virtual.

O PL 659, que trata da criação de cargos de professor de educação infantil do quadro dos profissionais da educação, que vai criar esses cargos, tem foco no atendimento das crianças de zero a três anos que estão matriculadas nos CEIs e é muito positivo para a cidade.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Prefeito Ricardo Nunes, o Secretário Fabricio Cobra, a Secretária Malde, o Secretário Padula, enfim, toda a equipe. Quem ganha é a cidade de São Paulo, a população, as crianças e a família.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade de falar.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento)** - Agradeço ao Vereador Sansão Pereira, à Secretária Malde, também ao Secretário Fabricio Cobra, Secretário Executivo de Gestão.

E declaro realizada a audiência pública do PL 659/2021.

Quero agradecer a todos os presentes, àqueles que nos acompanharam pelas plataformas *on-line*.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde a todos.

---